

# **A música no currículo da educação infantil no Distrito Federal: um diálogo entre as propostas curriculares oficiais e o curso de pedagogia da UnB**

*Sara Paraguassú Santos do Vale (UnB)*  
[ssaradovale@gmail.com](mailto:ssaradovale@gmail.com)

*Marcus Vinícius Medeiros Pereira (UFJF)*  
[marcus.medeiros@ufff.edu.br](mailto:marcus.medeiros@ufff.edu.br)

**Resumo:** Este texto apresenta as primeiras abordagens de um projeto de pesquisa em andamento que discorre acerca do currículo de música para a Educação Infantil, nas escolas públicas do Distrito Federal, em diálogo com a formação do professor unidocente no curso de licenciatura em pedagogia da Universidade de Brasília. A proposta é analisar os documentos curriculares oficiais e sua recontextualização no âmbito do Distrito Federal, procurando relacionar o que é exigido do pedagogo com a formação que lhe é dispensada na Universidade em termos de Música/Educação Musical.

Palavras-chave: Currículo; Educação Infantil; Documentos oficiais; Música.

## **Notas Introdutórias**

A Educação Musical vem ganhando espaço nos diversos âmbitos das discussões pedagógicas no Brasil, e, portanto, questões pertinentes a ela também têm acompanhado esse fenômeno<sup>1</sup>, como o currículo de música proposto pelos RCNEI (Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil) e sua recontextualização na prática. Considerando a autonomia das escolas na elaboração do próprio PPP (Projeto Político Pedagógico), sendo possibilitadas de elegerem os melhores conteúdos e projetos possíveis de serem abarcados na proposta, por vezes percebe-se a carência de um espaço, no documento, destinado ao trabalho com música. Autores como Sacristán -referencial teórico central dessa pesquisa- elencam o tema currículo para a prática escolar como fundamental para que se obtenha uma educação bem estruturada, reflexiva e flexível, com vistas a resultados eficientes:

O currículo aparece, assim, como o conjunto de objetivos de aprendizagem selecionados que devem dar lugar à criação de experiências apropriadas que tenham efeitos cumulativos avaliáveis, de modo que se possa manter o sistema numa revisão constante, para que nele se operem as oportunas reacomodações. (SACRISTÁN, 2000, p. 46)

De acordo com o artigo 62 da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o profissional que trabalha com a Educação Infantil precisa possuir no mínimo a licenciatura plena. No âmbito da rede pública de ensino do Distrito Federal é necessário que o profissional passe pelo processo seletivo em um concurso público, podendo assumir as turmas

---

<sup>1</sup> Conceito de educação musical como fenômeno. (QUEIROZ, 2017)

em caráter efetivo ou temporário, na área de atividades, para a qual é necessário apresentar licenciatura em pedagogia. Ainda de acordo com o artigo 62 da LDBEN, é de responsabilidade dos cursos de pedagogia o repasse dos conteúdos dispostos pelos RCNEI à educação infantil, durante a formação dos futuros licenciados, com vistas à atualização e preparação para a prática no dado segmento de ensino, que compreende em seu eixo de artes o conteúdo de música. Portanto subteve-se que o professor unidocente<sup>2</sup> licenciado em pedagogia obteve aulas que lhe permitiram o contato com conhecimentos musicais durante sua licenciatura, preparando-o para ministrar o proposto pelos RCNEI.

Desde o ano de 2013 a pesquisadora faz parte da secretaria de educação do DF como professora, e desde 2014 como coordenadora do horário integral e da educação infantil. Nessas circunstâncias, a pesquisadora pôde observar por vezes práticas pedagógicas carentes de propostas lúdicas e desinteressadas ao desenvolvimento integral da criança, embora, geralmente no início do ano, juntamente à gestão da escola, tenha oferecido cursos de formação às educadoras. É certo que o professor da rede pública precisa lidar com outras dificuldades, como o número excessivo de alunos, a falta de estrutura física adequada, materiais pedagógicos escassos, entre outras questões políticas e burocráticas, no entanto estes pontos muitas vezes monopolizam os debates e acabam ofuscando outros, como o que trago nesta pesquisa: o preparo do educador ao currículo da educação infantil. A música, na maioria das vezes, quando faz parte do cotidiano da educação infantil, aparece como recurso pedagógico, organizativo e adorno em festividades escolares e não como área em si. Acredita-se que esse equívoco ocorra justamente pela presença diária das “musiquinhas”, o que não é uma característica ruim, por ser lúdica, porém acaba sendo falha no sentido de substituir o fazer musical.

Observando a relevância dos aspectos de cada um dos temas descritos acima, e considerando o que a pesquisadora foi capaz de observar em sua prática em algumas escolas de educação básica no segmento da educação infantil, propõe-se os seguintes questionamentos: Como está ocorrendo a recontextualização<sup>3</sup> da seleção curricular para o trabalho com música no eixo artes do currículo da educação infantil? (recontextualização esta efetuada no Currículo em Movimento da rede pública de educação do Distrito Federal.) Em que medida a proposta curricular dos cursos de formação em pedagogia da UnB (Universidade de Brasília) dialoga com a proposta de trabalho com música para professores unidocentes na educação infantil?

---

<sup>2</sup>Unidocentes e generalistas- Utilizado na literatura para caracterizar a função do professor pedagogo que atua com todos os componentes curriculares.

<sup>3</sup>Recontextualização pedagógica de Bernstein (BERNSTEIN, apud MORAIS, 2004).

Considerando estes questionamentos, elencou-se o objetivo geral de relacionar a prescrição oficial para o trabalho com música na educação infantil e sua recontextualização na rede pública de Brasília- DF, com a formação presente nos cursos de pedagogia da UnB. Para tal far-se-á necessária a análise da seleção curricular para o trabalho com música, presentes no RCNEI. Outra etapa essencial será a investigação da recontextualização efetuada no currículo de música da rede pública de Brasília, nos âmbitos da educação superior (com fins de formação de pedagogos na UnB) e da educação básica com foco na educação infantil. E, por fim, relacionar o que se espera do pedagogo em termos de trabalho com música e sua capacitação para tal.

### **Pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos**

O currículo de música na educação possui uma longa história de contextos e propostas diferenciadas. Esta história começa com a sua inserção na escola pública por meio das escolas normais com a função disciplinar e a intencionalidade de organização escolar temporal e espacial. As autoras Andréia Martinez e Patrícia Pederiva (2013), em seu texto “Um breve olhar para o passado: contribuições para pensar o futuro da educação musical”, oportunizaram o conhecimento sobre as primeiras histórias da música na escola pública, de forma cronológica, onde pôde-se perceber que a existência da música no contexto escolar sempre possuiu, explícita ou implicitamente, funções e estruturas diversas, por vezes tendo o desenvolvimento musical secundarizado, com vistas a utilizar a música como recurso político e organizacional (MARTINEZ; PEDERIVA, p. 2013).

A educação infantil é a porta de entrada para o mundo escolar e tem a função de oportunizar a criança o desenvolver-se integralmente, ampliando sua capacidade de comunicar sentimentos, ações e pensamentos, por meio do som e silêncio, numa pluralidade de diferentes conjunturas culturais, sociais, temporais e individuais, preparando-a para os desafios que encontrará na alfabetização. Essa fase de aprendizado deve ser pautada no lúdico, sendo um momento naturalmente prazeroso.

A pesquisadora Teca Alencar de Brito traz reflexões acerca da relevância da música na etapa educacional infantil, não apenas como ferramenta pedagógica, mas consolidando sua importância para o desenvolvimento integral da criança. Em 2009 a autora apresentou à revista da ABEM o artigo: “Por uma educação musical do pensamento: educação musical menor” (BRITO, 2009) no qual apresentou os referenciais teóricos que embasaram sua tese de doutorado, na PUC- SP, pesquisa esta que cartografou a singularidade das ideias de música no

curso da infância, e que aponta o espaço educacional como um dos agenciadores dos processos de interação com sons e músicas.

É proveitoso à educação infantil que a música já se constitua como parte elementar e natural da vida cotidiana das crianças, numa pluralidade de diferentes conjunturas sociais, temporais, culturais e individuais. Além das condições lúdicas apresentadas pelos elementos sonoros, a presença da música permite à criança o desenvolvimento de aspectos criativos, psicomotores e sociológicos de forma tão natural quanto o próprio brincar, como discorre Brito (2003):

A criança é um ser brincante, e brincando, faz música, pois assim se relaciona com o mundo que descobre a cada dia. Fazendo música, ela, metaforicamente, “transforma-se em sons”, num permanente exercício: receptiva e curiosa, a criança pesquisa materiais sonoros, “descobre instrumentos”, inventa e imita motivos melódicos e rítmicos e ouve com prazer a música de todos os povos. (BRITO, 2003, p.35)

Por ser uma linguagem natural da criança, por vezes o trabalho com música, enquanto objeto de conhecimento é confundido com o uso da música enquanto recurso pedagógico. O que pode garantir o espaço da educação musical nessa fase é a observância do currículo proposto pelo RCNEI, que traz as referências necessárias à construção de um trabalho voltado aos saberes musicais. O documento também apresenta um conjunto de instruções detalhadas em seu capítulo sobre a música, que abarcam desde ideias e práticas correntes, passando por conteúdos e didáticas, a orientações voltadas ao professor:

Integrar a música à educação infantil implica que o professor deva assumir uma postura de disponibilidade em relação a essa linguagem. Considerando-se que a maioria dos professores de educação infantil não tem uma formação específica em música, sugere-se que cada profissional faça um contínuo trabalho pessoal consigo mesmo no sentido de:

- sensibilizar-se em relação às questões inerentes à música;
- reconhecer a música como linguagem cujo conhecimento se constrói;
- entender e respeitar como as crianças se expressam musicalmente em cada fase, para, a partir daí, fornecer os meios necessários (vivências, informações, materiais) ao desenvolvimento de sua capacidade expressiva. (RCNEI, vol. III, 1998. pág 67).

Outros documentos norteadores da área são as Diretrizes Nacionais Curriculares, que em âmbitos mais amplos trata da definição de currículo e dispõe das especificidades para a construção do PPP (Projeto Político Pedagógico) das escolas, que deve ser construído conjuntamente entre a comunidade escolar, atendendo às singularidades do contexto da escola.

A gestão democrática da proposta curricular deve contar na sua elaboração, acompanhamento e avaliação tendo em vista o Projeto Político-Pedagógico da unidade educacional, com a participação coletiva de professoras e professores, demais profissionais da instituição, famílias, comunidade e das crianças, sempre que possível e à sua maneira. (DCNEB, ANO, p. 86)

A prática democrática na construção do PPP possibilita, além da interação dos sujeitos, a inserção de elementos na esfera escolar essenciais ao bom desempenho da práxis

educativa, como o ato de articular os saberes e a realidade das crianças com os conhecimentos dos contextos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos. Essa fala conflui diretamente com o discurso de Gimeno Sacristán (2000) sobre o currículo, onde em uma de suas definições o autor traz o termo como o “cruzamento de práticas diferentes e se converte em configurador, por sua vez, de tudo o que podemos denominar como prática pedagógica nas aulas e nas escolas” (p. 26). Sacristán (2000) refere-se ainda sobre o currículo como um percurso a ser atingido, enquanto a escolaridade é um caminho a ser percorrido, o currículo seria seu conteúdo e guia ao progresso do sujeito pela escolaridade.

Ao falar do espaço educacional é inevitável que se fale também dos condutores desse espaço, e no âmbito da educação básica pública, encontramos os professores generalistas, que de acordo com Figueiredo (2007) “são aqueles que atuam nos anos iniciais da escola, sendo responsáveis por todos os conteúdos curriculares”. Ora, se a tarefa de lecionar todos os conteúdos é atribuída a esses professores subentende-se que os mesmos possuem em sua formação subsídios epistemológicos desses conteúdos propostos, incluindo a música. No entanto, de acordo com o levantamento feito pelo autor, dos estudos realizados entre os anos de 1999 e 2007, a formação musical de professores generalistas tem sido precária em universidades e o alcance de avanços positivos necessitariam do investimento em políticas públicas direcionadas a este fim, como cursos de formação continuada por exemplo. Essa ideia é reforçada por Werle e Bellocchio (2009) em seu levantamento nas produções da ABEM sobre a relação entre professores não-especialistas em música e a educação musical:

De modo geral, as pesquisas e os relatos apontam que o que se defende não é a substituição do professor licenciado em música para as atividades de ensino de música na escola, em todos os níveis da educação básica. Sublinha-se a necessidade de um trabalho mais qualificado do professor de EI e AI quando esse realiza atividades musicais. E, no caso da escola não ter professores de música, como há tempos tem acontecido, que o professor de EI e AI possa articular em seu trabalho cotidiano de sala de aula atividades musicais com mais conhecimento e clareza sobre seus propósitos e funções para o desenvolvimento dos alunos. (WERLE; BELLOCHIO, 2009 p.34 )

As autoras ainda discorrem sobre algumas temáticas emergentes que necessitam de investigação, dentre elas o “Mapeamento nacional da situação da presença da disciplina de educação musical nos cursos de pedagogia” (WERLE e BELLOCHIO, 2009). Em busca desse mapeamento encontrei alguns trabalhos regionais da UFSM<sup>4</sup> (OESTERREICH, 2010), e UFRN<sup>5</sup> (ARAÚJO, 2014), Universidades públicas do RS (FURQUIM e BELLOCHIO,

---

<sup>4</sup> UFSM- Universidade Federal de Santa Maria/ RS

<sup>5</sup> UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte

2010) bem como em outras regiões, no entanto, ainda não foram identificados trabalhos que tratem do componente curricular música no curso de pedagogia da UnB.

Tratando de âmbitos mais específicos, o autor Ibsen Sena (2016) traz em sua dissertação de mestrado, como o próprio nome diz: “A organização do conteúdo de música no componente curricular arte: dois estudos de caso com professores da rede pública de educação básica do DF”, no entanto resta ainda construir um panorama dessa recontextualização curricular, com foco na educação infantil, o que julgo ser possível a partir da análise dos Projetos Político Pedagógicos das escolas.

O currículo do curso de pedagogia da UnB, como descreve o artigo 62 da LDB para os cursos de licenciatura, deverá possuir como referência a Base Nacional Comum Curricular, como disposto em seu parágrafo oitavo: “§ 8º Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular. (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017) (Vide Lei nº 13.415, de 2017)”

Os cursos de licenciatura em pedagogia são encarregados de disporem em seu currículo os conteúdos da educação básica, inclusive os dispostos pelos Referenciais Curriculares, tendo em vista a prática educacional, o que inclui o conteúdo de música. Portanto subtende-se que os cursos de pedagogia devem proporcionar subsídios ao licenciando com vistas a prepará-lo para a prática educacional, como discorre Bellochio (2000) em sua tese:

Há professores unidocentes que atuam na educação infantil e SIEF e que não possuem uma formação especializada em arte, sobretudo em educação musical, mas possuem uma formação que lhes permite conhecer e adentrar o conhecimento da totalidade dos processos implicados no desenvolvimento de seus alunos. (Bellochio, 2000, p. 125)

Entretanto, analisando e contextualizando a fala da autora, assim como existem professores unidocentes capacitados em sua formação para ministrar o conteúdo de música, pressupõe-se a existência de professores que não foram subsidiados em sua formação com tais competências. Justificaria-se então a análise curricular (e recontextualização) de cada um dos cursos de pedagogia existentes no Brasil., Contudo, dada a inviabilidade do processo por questões de tempo e magnitude da proposta, pretende-se responder parte dos questionamentos examinando o currículo do curso de pedagogia da Universidade de Brasília, local onde a pesquisa está sendo realizada. A análise recontextualizada dos currículos será fundamentada no modelo do discurso pedagógico de Bernstein, que, segundo Moraes (2004): “permite uma análise sociológica abrangente dos processos e relações que caracterizam o desenvolvimento curricular aos níveis macro e micro”.

A proposta para esta pesquisa é trazer um estudo documental com abordagem qualitativa, análise de conteúdo e inferências dos referenciais teóricos, que fornecerão

credibilidade e sustentabilidade ao estudo, pois para Franco (2012, p. 32) “a informação puramente descritiva, sobre conteúdo, é de pequeno valor”. Num primeiro momento pretende-se analisar o currículo do curso de Pedagogia da UnB relacionando-o aos os documentos oficiais curriculares brasileiros. A próxima etapa envolverá relacionar as questões sobre o que se espera do pedagogo em termos de trabalho com música e sua capacitação para tal práxis educativa cotidiana. Em um terceiro momento a intenção é delinear a mesma associação entre os documentos oficiais e o PPP de algumas escolas selecionadas. Essa seleção ainda terá alguns critérios estabelecidos, com vistas a contemplar o maior contexto escolar diversificado possível. É importante ressaltar que o foco entre essas análises e correlações será o conteúdo de música. Os documentos curriculares oficiais estão disponíveis na internet, diferentemente do currículo de pedagogia da UnB, ao qual também possui-se fácil acesso, seja na coordenadoria do curso, via internet, entre outras. Os PPPs das escolas, deverão ser consultados nas próprias instituições pois são documentos de uso e guarda exclusiva, mas que podem ser disponibilizados para consultas de forma presencial. Pretende-se registrar o acesso aos documentos também por via de termos de autorização a fim de documentar as ações, quando necessário.

### **Notas finais**

Tratar de um terreno com contextos singulares como o currículo requer atenção aos detalhes. É importante ter a consciência livre de julgamentos, visto que a realidade da qual se tem algum conhecimento pode não representar a prevalência. Nesta pesquisa em andamento, existe o propósito de conhecimento, estudo e análise cuidadosa de cada documento curricular, seja do espaço político público, do espaço escolar, ou de formação superior, que visa contribuir com a construção de um panorama do cenário educativo musical do segmento infantil na rede pública de educação do DF.

As estratégias para a realização da pesquisa visam ações qualitativas de investigação, que possuem em si mesmas a intencionalidade de reflexão, questionamentos e atualização teórica constantes, inter-relacionando os tópicos de (1) currículo de música no eixo de artes da educação infantil, (2) documentos oficiais curriculares brasileiros, (3) currículo do curso de pedagogia da UnB e o (4) projeto político pedagógico das escolas. A conexão entre esses quatro elementos, responderá aos objetivos descritos para a própria pesquisa e contribuirá para questionamentos futuros em relação à estrutura curricular do curso de pedagogia de outros espaços de formação superior, bem como adequar as investigações aos demais eixos do currículo da educação infantil.

## Referências

ARAÚJO, Andersonn Henrique. A prática de pesquisa na formação de professores de música: experiências de licenciados no Grupo de Estudos e Pesquisa em Música.

GRUMUS/UFRN. *Revista da ABEM*, Londrina, v.22, n. 33, p. 155-163, julho, 2014.

Disponível em:

<<http://abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/455/438>>. Acesso em 22 set. 2017.

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. *A educação musical nas séries iniciais do ensino fundamental: olhando e construindo junto às práticas cotidianas do professor*. Tese (Doutorado) – Programa de pós graduação em educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. Disponível em

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/33046/000270280.pdf?sequence=1>>

Acesso em 23 set. 2017.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, MEC/ SEB/ DICEI. 2013. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 22 set. 2017

\_\_\_\_\_. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 22set. 2017

\_\_\_\_\_. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRITO, Teca Alencar de. *Música na educação Infantil: Propostas para a formação integral da criança*. São Paulo: Peirópolis, 2003.

\_\_\_\_\_. Por uma educação musical do pensamento: educação musical menor. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v.21, n. 21, p. 25-34, março, 2009. Disponível em:

<<http://abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/233/165>>. Acesso em 22 set. 2017.

FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. A preparação musical de professores generalistas no Brasil. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 11, 55-61, set. 2004. Disponível em

<<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/347/277>> Acesso em: 22 set. 2017

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. *Análise de Conteúdo*. 4ª edição. Brasília: Liber Livro, 2012.

FURQUIM, Alexandra S. dos Santos; BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. A formação musical de professores unidocentes: um estudo em cursos de pedagogia do Rio Grande do Sul. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v.24, n. 24, p. 54-63, setembro, 2010. Disponível em:

<<http://abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/203/135>>. Acesso em 22 set. 2017.



MARTINEZ, Andréia P. de Araújo; PEDERIVA, Patrícia L. Martins. Um breve olhar para o passado: contribuições para pensar o futuro da educação musical. *Revista da ABEM*, Londrina, v.21, n. 31, p. 11-22, Julho, 2013. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/68/54>>. Acesso em 22 set. 2017.

MORAIS, Ana Maria. Basil Bernstein: Sociologia para a educação. *Educação crítica e utopia- perspectivas para o século XXI*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2004. Disponível em: <[http://essa.ie.ulisboa.pt/ficheiros/artigos/livros/2004\\_bernsteinsociologiaparaaeducacao.pdf](http://essa.ie.ulisboa.pt/ficheiros/artigos/livros/2004_bernsteinsociologiaparaaeducacao.pdf)> Acesso em 22 set. 2017.

OESTERREICH, Frankiele. *A história da disciplina de música no curso de pedagogia da UFSM (1984-2008)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em <[http://cascavel.ufsm.br/tede//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3310](http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3310)> Acesso em 22 set. 2017

QUEIROZ, Luiz Ricardo Silva. Educação musical é cultura: nuances para interpretar e (re)pensar a práxis educativo-musical no século XXI. *Debates*, Rio Grande do Sul, n. 18, p 163-191, mai, 2017. Disponível em <<http://www.seer.unirio.br/index.php/revistadebates/article/viewFile/6524/5838>> Acesso em: 22 set. 2017

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: Uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SENA, Ibsen Perucci. *A organização do conteúdo de música no componente curricular arte: dois estudos de caso com professores da rede pública de educação básica do DF*. Dissertação (Mestrado em Música)–Departamento de música, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22580/1/2016\\_IbsenPeruccideSena.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22580/1/2016_IbsenPeruccideSena.pdf)> Acesso em 22 set. 2017

WERLE, Kelly; BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. A produção científica focalizada na relação professores não-especialistas em música e educação musical: Um mapeamento de produções da ABEM. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v.22, n. 22, p. 29-39, setembro, 2009. Disponível em: <<http://abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/223/155>>. Acesso em 22 set. 2017.